

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.517.662 - PE (2015/0044030-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE : A C LIRA TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO : LUIZ KEHERLE CORDEIRO BEZERRA - PE025575
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO VERIFICADA. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. COMPENSAÇÃO. PEDIDO NÃO APRECIADO ADMINISTRATIVAMENTE. AUSÊNCIA DE EXIGIBILIDADE DA COBRANÇA FISCAL. ART. 151, III, DO CTN. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA ACOLHIDOS, PARA, SANANDO O VÍCIO INDICADO, NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos Por AC LIRA TRANSPORTES LTDA. contra decisão de minha relatoria que negou seguimento ao Recurso Especial da Fazenda Nacional, nos termos da seguinte ementa:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. PRESCRIÇÃO CONTADA A PARTIR DO VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONSTITUÍDA POR ATO DO SUJEITO PASSIVO. OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

2. Sustenta a embargante omissão no julgado, defendendo que foram interpostos Recursos Especiais por ambas as partes litigantes, insurgindo-se contra acórdão do TRF5, mas apenas o de iniciativa do Ente Fazendário foi apreciado por esta Corte.

3. Requer sejam acolhidos os presentes Aclaratórios, a fim de que seja apreciado o Recurso Especial de fls. 224/241.

4. É o relatório.

5. De início, cumpre esclarecer que o art. 535 do

Superior Tribunal de Justiça

CPC/1973 é bastante específico ao prescrever as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração; trata-se, pois, de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a existência de obscuridade, contradição ou omissão no julgado.

6. Na hipótese dos autos, observa-se que, de fato, a decisão ora embargada omitiu-se na apreciação do Recurso Especial interposto pela Sociedade Empresária, em face de parte do acórdão proferido em sede de Agravo de Instrumento. Logo, passa-se ao exame da questão.

7. Insurge-se a agravante contra parte do acórdão do TRF5 que, no seu entender, deu indevida interpretação extensiva às causas de suspensão do crédito tributário, em afronta ao disposto no arts. 111, I e 151 do CTN, além de omitir-se na apreciação do pedido de liberação de bloqueio em razão do indevido arresto.

8. No ponto, o Tribunal de origem reconheceu que houve suspensão da exigibilidade do crédito tributário pela apresentação de pedido administrativo de compensação, nos seguintes termos:

Destarte, se o termo inicial para a contagem do prazo prescricional de cinco anos para o ajuizamento da ação de cobrança é a data da entrega das declarações (12/08/1999 a 15/05/2003), a Fazenda terra até 12/08/2004 para ajuizar a ação de Execução Fiscal.

Não obstante tivesse até 12/08/2004 para executar o título, ocorreu que, em 19/08/2004 (fl. 68), foi requerida a compensação do crédito tributário, não homologada pela Receita Federal do Brasil, em 29/09/2010 (fl. 76), tendo as partes tomado ciência desta decisão em 14/03/2011 (fl. 77).

Com o pedido de compensação houve a interrupção da prescrição, por implicar no reconhecimento do débito, subsumindo-se à hipótese descrita no art. 174, IV, do Código Tributário Nacional - CTN.

(...)

Com efeito, muito embora tenha sido pedida a compensação, as competências com data de vencimento de 15/06/1999 e 15/07/1999, cuja

Superior Tribunal de Justiça

declaração deu-se em 12/08/1999, foram atingidas pela prescrição, haja vista que o requerimento administrativo de compensação, mesmo que reconheça a dívida, não tem o condão de ressurgir a obrigação tributária já extinta pela prescrição.

Inclusive, vale salientar que o art. 191 do Código Civil não é aplicável aos créditos tributários, haja vista que os créditos tributários são regidos pelo Código Tributário Nacional - CTN que apresenta disposições específicas acerca da prescrição.

Nessa senda, interrompido o prazo prescricional, por ocasião do pedido de compensação, com relação às competências de 15//8/2002, 13/09/2002, 15/10/2002, 14/11/2002, 13/12/2002, 15/01/2003 e 14/02/2003, voltando a correr com a ciência da não homologação em 14/03/2011, não há que se falar em prescrição, eis que a Execução foi proposta em 30/08/2012 (fl. 21), com despacho, ordenando a citação, em 18/08/2013. (fls. 91/93v).

9. Desta decisão, ambas as partes litigantes interpueram Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados.

10. Em relação à alegada nulidade por negativa de prestação jurisdicional, observa-se que a alegada violação ao art. 535, II do CPC/1973 não ocorreu, tendo em vista o fato de que a lide foi resolvida nos limites propostos e com a devida fundamentação. As questões postas a debate foram decididas com clareza, não tendo havido qualquer vício que justificasse o manejo dos Embargos de Declaração. Observe-se, ademais, que o julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.

11. No mérito, ao reconhecer que houve a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o acórdão recorrido seguiu o entendimento consolidado nesta Corte Superior de que o pedido administrativo de compensação de tributos suspende a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151, III do CTN. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. COMPENSAÇÃO. PEDIDO NÃO APRECIADO

Superior Tribunal de Justiça

ADMINISTRATIVAMENTE. AUSÊNCIA DE EXIGIBILIDADE DA COBRANÇA FISCAL. ART. 151, III, DO CTN. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ. REVISÃO DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal de origem, ao dirimir a controvérsia, afastou a possibilidade do reconhecimento da prescrição da pretensão executória, tendo em vista que ficou configurada uma das hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário com a pendência de julgamento do processo administrativo no qual se discutiu a homologação de compensação, através dos pedidos datados de 14.10.2001 e 15.2.2002, tendo a Receita Federal concluído pela sua não homologação (25.8.2006).

2. A jurisprudência da Primeira Seção do STJ no julgamento do REsp 774.179/SC, da relatoria da Ministra Eliana Calmon, firmou-se no sentido de que, enquanto pendente de análise pedido administrativo de compensação, suspende-se a exigibilidade do tributo, nos termos do art. 151, III, do CTN. Nesse sentido: AgInt no REsp 1375425/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 05/12/2017; AgInt no REsp 1249311/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/06/2017, DJe 14/06/2017.

3. Além disso, o STJ possui jurisprudência firme e consolidada de que "o próprio pedido de compensação tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário, porquanto afastada a certeza e a liquidez da dívida" (REsp 1.655.017/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 8.5.2017, grifei). Na mesma linha: AgRg no REsp 1.382.379/PR, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 28.10.2015; AgRg no REsp 1.313.094/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25.11.2014; AgRg no AREsp 563.742/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 24.10.2014; AgRg no REsp 1.359.862/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 7.5.2013.

4. Conclui-se que, de fato, o curso da prescrição encontrava-se suspenso, e a empresa recorrente foi devidamente citada em 2008, motivo pelo qual não merece reparo o decisum guerreado, o qual acertadamente afastou a tese da prescrição.

5. Consigne-se que o acolhimento da tese

Superior Tribunal de Justiça

recursal de que a Fazenda Nacional estaria habilitada "desde 14.12.2001 a indeferir a compensação de imediato, se a considerasse descabida, e a promover a execução da dívida confessada" (fl. 819, e-STJ) , com a consequente revisão do julgado hostilizado, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, visto que demanda o reexame de fatos e provas, o que é inadmissível na via estreita do Recurso Especial.

6. *Agravo Interno não provido. (AgInt no REsp. 1.646.480/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 11.10.2019).*

2 2 2

PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PEDIDO ADMINISTRATIVO DE COMPENSAÇÃO. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO TRIBUTO. IMPOSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL. VIOLAÇÃO DO ART. 557 DO CPC/1973. NÃO CONFIGURADA. OCORRÊNCIA DE JULGAMENTO COLEGIADO.

1. *O acórdão do Tribunal de origem encontra-se em consonância com a jurisprudência do STJ que se firmou no sentido de que o pedido administrativo de compensação e o recurso interposto contra o seu indeferimento suspendem a exigibilidade do crédito tributário, na forma prevista no art. 151, III, do CTN, o que acarreta a extinção do feito executivo.*

2. *Eventual violação do art. 557 do CPC/1973 é suprida com a ratificação da decisão pelo órgão colegiado no julgamento do agravo regimental, como ocorreu no caso em apreço.*

3. *Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no REsp. 1.249.311/PR, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 14.6.2017).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO INDEFERIDO ADMINISTRATIVAMENTE. EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL NÃO PREQUESTIONADA. SÚMULA 211 DO STJ. REVISÃO DO ACÓRDÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA.

Superior Tribunal de Justiça

1. *Não enfrentada pelo acórdão de origem a matéria dos arts. 156, I e II, do CTN e 586, 618, I, do CPC, mesmo com a oposição de embargos de declaração, incide a Súmula 211 do STJ.*

2. *A jurisprudência do STJ reconhece que o pedido administrativo de compensação, enquanto pendente decisão definitiva, tem força para suspender a exigibilidade do crédito tributário, conforme interpretação do art. 151, III, do CTN. (EREsp 850.332/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, DJ de 12/8/2008).*

3. *Na hipótese em tela, o Tribunal de origem consignou que o pedido administrativo de compensação foi indeferido administrativamente, conforme demonstrado pela Fazenda Estadual, sendo, assim, plenamente exigível o crédito fiscal.*

4. *A revisão do acórdão, sob a alegação recursal de que à época da distribuição do processo executivo, os débitos estavam com a sua exigibilidade suspensa, tendo em vista a pendência de análise de processo administrativo, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, pois foi tema refutado pela origem com base no suporte fático-probatório dos autos.*

5. *Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp. 55.060/PR, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 23.5.2012).*

12. Ante o exposto, acolhem-se os Embargos de Declaração da Sociedade Empresária, para, sanando o vício indicado, negar seguimento ao seu Recurso Especial.

13. Publique-se.

14. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR